

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA ESCOLA DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PÁRA - BRASIL: CONTRIBUIÇÕES E CONTRADIÇÕES NO CAMPO DE ESTÁGIO DE SOCIOLOGIA

Maria do Carmo **DIAS**¹. Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EA-UFPA). Brasil. mcsdias@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho apresenta resultados parciais sobre a formação do professor de sociologia no campo de estágio da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EAUFPA). Indica dificuldades como a importância atribuída à sala de aula por professores de prática de ensino, as dificuldades de ensinar sociologia na educação básica, a carga horária destinada ao estágio em sala de aula e as relações dos estagiários com os professores da educação básica. O presente estudo faz parte da pesquisa em fase inicial na EAUFPA, sendo essa parte das atividades do grupo de estudo e pesquisa em Educação e Trabalho na Educação Básica e na Formação do Trabalhador.

Palavras-chave: Formação de professor. Estágio. Escola de Aplicação.

ABSTRACT

This paper presents results on the formation of a sociology professor at the School Field Internship Application of the Federal University of Pará (EAUFPA). Difficulties indicates the importance attached to the classroom by teachers in teaching practice, the difficulties of teaching sociology in basic education, the workload for a placement in the classroom and the relationships of trainees with basic education teachers. The current study is part of the research in early stages in EAUFPA, being that part of the group activities of study and research in Education and Labor in Basic Education and Worker Training.

Key Words: Professor Training; Internship; Application School.

1. Introdução

Este trabalho procura abordar a formação de professores, sobre a perspectiva do campo de estágio da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EAUFPA), dos alunos de sociologia da Faculdade de Ciências Sociais, no sentido de abrir o debate sobre a realidade da EAUFPA enquanto campo de estágio e ampliar as percepções sobre a mesma, no âmbito da renovação crítica.

¹ Doutora em Educação, professora de sociologia na EA.

Primeiro, apresenta-se a Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará, em seguida, procura-se demonstrar a realidade do campo de estágio na disciplina sociologia, por meio das relações estabelecidas na sala de aula. Em terceiro lugar, apresentam-se alguns aspectos da relação dos estagiários com o campo de estágio, indicando algumas fragilidades.

Este estudo demonstra que a formação de professores e conseqüentemente o trabalho docente estão diretamente relacionados com as formas de expansão capitalista e com o lugar que a educação historicamente ocupa nesse processo.

Procura-se, assim, contribuir com o debate em torno da formação de professores, a partir da percepção do campo de estágio, da EAUPA, no Brasil.

2. Apresentando a Escola de Aplicação da UFPA

A Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EAUFPA) foi criada em meados do século passado, em atendimento aos dispositivos da Lei 4.440/63, pela qual, as empresas com mais de 100 funcionários deveriam oferecer escolaridade aos filhos daqueles funcionários e também com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino, por meio do aprimoramento das práticas docentes, a exemplo do campo de estágio para alunos das licenciaturas.

A escola hoje não se destina mais a filhos de funcionários da UFPA, pois recebe alunos das comunidades em seu entorno. Possui 1.513 alunos, distribuídos em Ensino Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA) e funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno, possuindo em seu quadro de professores especialistas, mestres e doutores.

A EAUFPA recebe, em média, 1.000 estagiários ao ano, entre licenciandos e não licenciandos. Dentre esses estão incluídos alunos de medicina, odontologia, serviço social, informática, nutrição, fonoaudiologia e psicologia, oriundos na sua maioria da UFPA. Mas, a EAUFPA recebe também licenciandos de outras instituições de ensino superior.

A gestão é realizada por meio de uma diretoria eleita por voto direto e universal, composta por diretor, vice-diretor e coordenadores, podendo candidatar-se professores e servidores. Dentre as coordenações, chama atenção a Coordenação de Pesquisa e Extensão (COPEX) e a Coordenação de Estágio.

A COPEX coordena os projetos de pesquisa e extensão dos professores, dispõe carga horária para os professores realizarem tais atividades, contudo não dispõe de espaço físico e

os recursos para as pesquisas, que devem ser buscados por meio de editais. A Coordenação de Estágio coordena o estágio e sendo responsável pelas relações com os professores da disciplina Prática de Ensino.

De acordo com o Plano Político Pedagógico (PPP/EA/UFPA), a filosofia da escola consiste em “oportunizar ao educando condições de vir a ser crítico, dialógico, criativo, inovador, consciente de sua própria dignidade e de seu papel como homem histórico” (PPP, 2012, p.20), sendo a missão da EA, a partir do ano 2000, “ser Escola de Referência da UFPA para o ensino, pesquisa e extensão, atuando como veículo de integração entre a Educação Básica e a Educação Superior, tendo em vista o desenvolvimento de projetos educacionais voltados para o homem da Amazônia” (Idem). Percebe-se que existem três elementos estruturantes no PPP da EA: I) formar criticamente os sujeitos; II) tornar-se referência no Estado para a Educação Básica e; III) identificar-se com a Amazônia.

Ainda, de acordo com o PPP, a filosofia da escola tem caráter interacionista onde prevalecem nas relações pedagógicas as “relações em salas de aulas bases, nas salas-ambiente e nos outros espaços de convivência”, tendo como relevância os projetos pedagógicos e os eixos temáticos, tendo como referência o discente, seus interesses e possibilidades (Idem, p.21).

O processo educativo ocorre em dimensão dialética, democrática de respeito à individualidade e à diversidade, sendo discentes, docentes e técnicos administrativos os sujeitos que produzem conhecimento a partir das relações entre si, no sentido da transformação social. Nesse sentido, as relações e práticas pedagógicas devem ser norteadas por princípios éticos, políticos e estéticos (Idem).

Assim, para efetivar-se como laboratório pedagógico e referência para as demais escolas da rede pública de ensino paraense, a) busca a produção do conhecimento, declarada como objetivo primordial; b) compromete-se em levar os discentes a atingirem patamares de excelência independente de condições socioeconômicas; c) procura promover ações integradoras entre as áreas de saberes e disciplinas; d) identifica o conhecimento como patrimônio coletivo, tendo em vista os seus significados humanos e sociais; e) valoriza as experiências e inovações e f) “resgata o papel do educador enquanto interlocutor do conhecimento sistematizado e enquanto mediador entre esse conhecimento e sua prática social, considerando as condições concretas de vida dos discentes” (Idem, p. 21 – 22).

Entretanto, a identidade da EA como campo de estágio, como laboratório pedagógico das licenciaturas, como espaço de concepção e aplicação de novas teorias pedagógicas como

registram os documentos especiais da UFPA, é, ao mesmo tempo, um desafio e um problema. Assim, cabe indagar, o que ocorre na perspectiva do campo de estágio para a formação de professores de sociologia? Como se tece o fazer pedagógico do ensino de sociologia na Educação Básica na EAUFPA, e nas relações com o campo de estágio?

3. Ensino de sociologia na educação Básica

O ensino de sociologia na educação básica é marcado por alguns desafios: as procedências sociais, a base de formação trazida de outras escolas, notoriamente no caso dos alunos do noturno, e as diversas expectativas dos alunos.

Enquanto ciência, a sociologia está ancorada a grandes correntes teóricas e em linhas de pesquisas capazes de contemplar os mais aguçados interesses e fomentar novos conhecimentos, nas quais despontam nomes como os de *Émile Durkheim, Max Weber, Karl Marx, Adorno, Pierre Bourdieu, Jünger Habermas, Sigmund Bauman, Anthony Giddens*, dentre outros. No que diz respeito à educação, têm-se as correntes pedagógicas do século XX que lhe fazem frente, a saber, a Escola Nova, a Pedagogia Histórico-Crítica e o construtivismo, cujos expoentes são *Jean Piaget, Lev Vygotsky, Burrhus Frederic Skinner, Paulo Freire*, etc., e oferecem elementos suficientes para a crítica e proposições às questões pedagógicas. Mas, como transformar esses conhecimentos em linguagem didática para responder às necessidades do processo ensino-aprendizagem de sociologia na educação básica? Esse é o cerne das dificuldades enfrentadas nesse nível de ensino.

Dessa forma, um dos principais dilemas dos professores e estagiários é como ensinar sociologia a alunos da educação básica da EAUFPA, com a seguinte diversidade: jovens adolescentes que querem ingressar no ensino superior, trabalhadores que voltaram à escola por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), e jovens maiores de 18 anos, alunos do ensino noturno com um histórico de reprovações e sem domínio satisfatório das habilidades de leitura e escrita concernente ao seu nível de estudo e que estão inseridos no mercado de trabalho em atividades precárias e informais, querendo “apenas” concluir o ensino médio.

Então, como o conhecimento sociológico pode ser significativo a esses alunos? Como esse saber deve ser transmitido no sentido de despertar inquietação, e não a banalização, perante os problemas sociais, levando-os a uma percepção que se pretende não conformista, não passiva e ética diante de sua realidade? Pois, como escreve Silva (2009), a sociologia como ciência está consolidada, mas como disciplina escolar ainda é incipiente, sendo

necessário construir “a dimensão didático, pedagógica e de reprodução do conhecimento científico nos níveis mais básicos da formação humana nas escolas” (2009, p. 20).

3.1. O que se espera do ensino de sociologia na educação básica?

O objetivo do ensino de sociologia na educação básica sempre suscitou atenção. Já em 1955, o professor Florestan Fernandes (1955), no artigo “O Ensino da Sociologia na Escola Secundária Brasileira” traçava aquilo que seria o escopo da sociologia na escola secundária:

[...] é estabelecer um conjunto de noções básicas e operativas, capazes de dar ao aluno uma visão não estática nem dramática da vida social, mas que lhe ensine técnicas que lhe suscitem atitudes mentais capazes de levá-lo a uma posição objetiva diante dos fenômenos sociais, estimulando-lhe o espírito crítico e a vigilância intelectual que são social e psicologicamente úteis, desejáveis e recomendáveis numa era que não é mais de mudança apenas, mas da crise, crise profunda e estrutural [...]. (COSTA PINTO *apud* FERNANDES, 1955, p.93).

Fernandes (1955) demonstrava as expectativas em torno do ensino da sociologia, dentre a quais a de se esperar que se contribua para a não banalização das questões sociais, que desperte inquietude diante das injustiças, que chame atenção para o respeito às diferenças e aos direitos fundamentais e para a valorização da ética nas relações sociais, etc., ou seja, contribuir para o exercício da cidadania.

A Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96) reconhece que, ao final do ensino médio, o educando deverá possuir conhecimentos “de filosofia e sociologia, necessários ao exercício da cidadania” (Art. 36, parágrafo único). Nesse sentido, Moraes (1976) enfatiza a existência de *marches* e *démarches* no ensino dessa disciplina, tanto do ponto de vista legal como nas políticas públicas, sem descuidar das experiências do ensino e do debate em torno da aceitação dessas disciplinas.

Acrescenta-se ao entendimento de Moraes, a necessidade de compreender as relações entre o que é proposto nos objetivos dos parâmetros curriculares e dos conteúdos programáticos e de que forma esses objetivos se concretizam ou não nas salas de aula, e como isso interfere na formação de professores em uma escola que se propõe ser referência no Estado do Pará – Brasil, para o ensino na educação básica.

O que se percebe é que, mesmos com os esforços pontuais desprendidos, os professores permanecem “fechados” em suas disciplinas, sem que, muitas vezes, tenham conhecimento do que o colega está ministrando para a mesma turma. Isso, em certa medida, aponta para a forma como são organizados os currículos, para as condições do trabalho docente e para própria formação dos professores. Práticas como essa apenas agravam a situação do ensino, uma vez que sobrecarregam os alunos com muitos trabalhos, textos, provas e concorrem negativamente para a formação dos licenciandos.

As escolas e a formação de professores devem ser analisadas no contexto social que fazem parte, o que significa dizer que o ensino e a formação docente não estão à margem da história do seu tempo, mas são sínteses de muitas determinações. A compreensão dessa realidade deve levar em consideração o lugar que a educação básica ocupa nas políticas públicas, bem como o lugar das universidades públicas e também como a educação é articulada, em um determinado momento histórico, às orientações do mercado.

Em compasso com o modelo econômico social vigente, as análises não podem perder de vista as orientações que primam pela quantidade, demandas que atendem o projeto neoliberal de formação da mão-de-obra. Trata-se, conforme Frigotto (1995), de demonstrar que em torno do debate sobre os processos educativos e qualificação humana, esta valorização do homem na condição de trabalhador está materializada no esforço de atender as demandas da “relação de poder econômico-político”, através do rejuvenescer da teoria do capital humano em conformidade com as orientações dos seus mentores².

Nesse sentido, a LDB (lei 9.394/96) apresenta elementos conceituais da nova dimensão da formação humana, inovando no que concerne à educação formal, no sentido de que esta “deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (FRIGOTO, 1995).

No Art. 1º e 2º da Lei 9.394/96, ler-se:

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

² Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Organização Internacional do trabalho (OIT), e seus parceiros nacional e regional.

Ao refletir sobre o enunciado acima no que concerne ao ensino e a formação de professores, é possível inferir que um Projeto Político Pedagógico (PPP), mesmo declaradamente comprometido com questões socioambientais e com as avançadas proposições político-pedagógicas, só terá possibilidade de não se constituir *em letra morta*, quando as praxes docentes estiverem imbuídas de elementos que se sobreponha à aniquilação da educação pública e das escolas de aplicações propostas pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC). As medidas dessa aniquilação consistem em redução de salários, no dilaceramento das aposentadorias, na massificação do ensino, nas precarizações das infraestruturas e no fortalecimento do ensino privado.

É preciso dizer que na EAUFPA, a falta de funcionários e técnicos é minimamente suprida por bolsistas. Faltam psicólogos, pedagogos e orientadores educacionais para atender as dificuldades dos alunos. Bolsistas são aprendizes e, para que se aprenda, faz-se necessário alguém com experiência que oriente, aponte caminhos e ajude a formular perguntas significativas.

Cabe reconhecer os méritos dos trabalhadores da educação que se desdobram para desempenhar suas atividades e que sobre condições adversas conseguem realizar muitas coisas maravilhosas, mas encarar a realidade significa reconhecer que apenas boa vontade e excelentes propostas não são suficientes. É necessário que sejam garantidas as condições objetivas. Nesse sentido, é fundamental que os docentes, os licenciandos e os trabalhadores da educação em geral estejam conscientes de que a questão da educação perpassa por uma questão política e que a luta política deve dar-se em todos os espaços possíveis, nas salas de aula, nas urnas e nas ruas.

Qual lugar o ensino médio ocupa no contexto do ensino da sociologia hoje? Tomando como referência Bourdieu, que reconhece a hierarquia existente entre o campo escolar e o acadêmico-científico, enfatiza-se que a dicotomia superior-inferior perpassa pelas relações estabelecidas entre os professores-pesquisadores do terceiro grau e os professores-pesquisadores da educação básica, na UFPA, ainda que estes tenham a mesma titulação acadêmica. Isso é muito claro na forma como são conduzidas as práticas de ensino, pois quando os alunos chegam para o estágio já estão “preparados”, com a carga horária definida, mesmo sem o prévio conhecimento da realidade da escola. Ressalta-se que essas afirmações decorrem das observações e vivência de professores da disciplina sociologia. Essa dicotomia hierárquica reverbera na formação de professores e na valorização da sociologia como

disciplina do conteúdo programático da educação básica e, conseqüentemente, no ensino e aprendizagem da mesma.

Então, o que pensam os professores de sociologia sobre a sua práxis? O que realizam em suas salas de aulas? Isso interfere na formação de professores no campo de estágio?

O que se percebe nas reuniões dos Conselhos de Classes e nas observações em sala de aula, é que os alunos têm muita pressa, querem ingressar na universidade, querem concluir o ensino médio, mas apresentam resistência em cumprir etapas e em realizar os *ritos de passagem*. Isso é um conflito constante que denota o descompasso entre a escola e a realidade na qual os alunos estão inseridos.

Parece que, em especial para os alunos do noturno, ser estudante da EAUFPA significa vir para a escola e se livrar sempre que possível, da sala de aula. Estudar assemelha-se apenas em realizar de forma precária as atividades que são propostas pelos professores. A impressão que se instaura é que a busca dos alunos gira em torno do mínimo necessário para a aprovação. Ressalta-se que no noturno têm-se alunos pais e mães de família que trabalham e para esses estudar é algo importante, um sonho a realizar-se com muitos esforços já na idade adulta. Estes representam menos de 30% do corpo discente, sendo que os demais são jovens, maiores de 17 anos, com reprovações ou notas muito baixas em seus currículos e não estão inseridos no mercado diretamente, pois fazem “bico³”, sendo que a escola não consegue motivá-los. Parece que as condições precárias de ensino que tiveram ao longo dos anos de estudo deixaram marcas de difícil superação.

Essa realidade dos jovens estudantes do noturno difere da realidade dos alunos que estudam no turno diurno, pois estão orientados e motivados para ingressar na universidade. Esses alunos, na sua maioria, têm projetos de vida bem definidos e se empenham em realizá-los.

Estas são questões que estão diretamente relacionadas ao ensino de sociologia na educação básica e que também estão relacionadas à formação de professores, na medida em que a sala de aula é o espaço onde é possível perceber e interagir naquela realidade.

4. O Campo de Estágio do EAUFPA

Tomando como pressuposto que as relações sociais são permeadas de alguma maneira pelo estágio de desenvolvimento das relações econômico e social, entende-se que o trabalho e

³ Realizar trabalhos simples sobre condições precárias, de forma esporádica, por diária ou empreita.

a formação de professores também estão inseridos nesse contexto e adequam-se às contradições decorrentes daquelas relações.

Como primeiro prisma, entende-se que para a concepção liberal a humanização relacionada à formação dos sujeitos dá-se abstraída da sua existência. Isso, do ponto de vista da educação tem efeito letal, uma vez que o trabalho da educação enquanto ideal deveria ser a humanização dos indivíduos que se efetiva mediante a humanização do próprio professor (Martins, 2010).

O objetivo central da educação escolar reside na transformação das pessoas em direção a um ideal humano superior, na criação das forças vivas imprescindíveis à ação criadora, para que seja, de fato, transformadora, tanto dos próprios indivíduos quanto das condições objetivas que sustentam a sua existência (Martins, 2007 Apud Martins, 2010).

Assim, prossegue a autora, a formação de professores aliada a universalização da educação escolar, mesmo no que se refere aos objetivos da alfabetização, precisa levar em consideração que a universalização da educação no Brasil nasceu aliada ao ideal de “modernização” que “pressupunha instrução dos indivíduos para a produção de conhecimento como uma das condições requeridas à sua implementação” (Idem, p.16).

O que se procura demonstrar a partir das afirmações de Martins (2010), é que ao longo da história do Brasil registra-se a vitória da lógica mercantil na educação, orquestrada pelos organismos internacionais, o que confere à educação uma lógica estridente instrumental frente à dinâmica do capital (Idem, p. 18).

Nessa lógica a propagada formação do professor, agora objeto de política pública, está transvestida pelo discurso da competência e da empregabilidade, que devem ajustar-se às orientações das parcerias entre o público e o privado, no sentido da intervenção social.

Autores como Silva Junior & Cammarano Gonzáles (2001) chamam atenção para as vinculações entre as reformas educacionais do século XX, que demanda a formação de competências e a prática social, posto que de um “lado exige a construção de conhecimento por meio de uma prática social, dado potencialmente positivo, por outro pretere a base valorativa dessa prática que no momento atual, constitui-se predominantemente dos valores econômicos do mercado” (Silva Junior & Cammarano Gonzáles, 2001 apud, Martins, 2010, p. 19).

Como segundo prisma, busca-se compreender que, a partir de 2002, a carga horária do estágio foi ampliada a fim de possibilitar aos estudantes experiências com trabalhos docentes

para além da sala de aula. Nesse sentido, cabe indagar: Como se caracteriza a formação de professor no campo de estágio da EAUFPA?

A resposta a essa indagação pode parecer assustadora. Mas, o que se tem observado é que os alunos que procuram a EAUFPA para estagiar, encaminhados por professores de prática de ensino de Ciências Sociais, na grande maioria das vezes, são alunos do final do curso, que associam estágio, outras disciplinas e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em um único semestre. Esses alunos não possuem tempo para a reunião com professor da educação básica, e na maioria das vezes, nunca ministraram aula para alunos da educação básica, sendo assim suas experiências pedagógicas do ponto de vista da regência consistem, muitas vezes, em microaulas realizadas nas turmas de Prática de Ensino.

Ainda, no campo específico da formação de professores, os alunos das licenciaturas na condição de bolsistas e voluntários participam do grupo de estudo e pesquisa, das oficinas para elaboração de material didático e do Projeto Boca da Noite que consiste na projeção de curtas seguido de debate com a participação de alunos da educação básica. Esses alunos costumam declarar que essas experiências são profundamente significativas para as suas formações enquanto professorandos.

5. Considerações finais

O presente trabalho procurou demonstrar alguns resultados da pesquisa participante que tem como objeto de estudo o campo de estágio da EA e a formação de professores de sociologia. Demonstrou as dificuldades enfrentadas por professores e alunos, bem como os projetos que são desenvolvidos pela equipe de professores de sociologia.

Em síntese, a EAUFPA, enquanto campo de estágio para a formação de professores da UFPA, no que concerne a disciplina sociologia, deixa muitas inquietações e lacunas, dentre as quais se sobressai o distanciamento entre os professores da disciplina Prática de Ensino e de sociologia da educação básica e a falta de tempo dos estagiários pra participarem de preparação de aulas, correção de provas, reunião de conselho, dentre outras atividades pedagógicas.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Florestan. (1955). *Comunicação e debates. Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia*. São Paulo, SBS, 23 e 24 de junho de 1954, pp. 319-321 e pp. 325-328.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Formação Humana: Ajustes neoconservadores e alternativa democrática. 1995. **In:** GENTILI, Pablo; SILVA, Tomás. Neoliberalismo qualidade total e Educação. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO – LDB. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf> Acesso em 17/10/2012

MARTINS, Lígia Márcia. O Legado do Século XX para a formação de professores. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em 12/12/2013.

MORAES, Amaury Cesar. *Licenciatura em Ciências Sociais e Ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato*. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n1/v15n1a01>> Acesso em 17/10/2012

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. *Metodologias do Ensino de Sociologia na Educação Básica: Aproximações com os Fundamentos Pedagógicos*. In: Caderno de metodologias de ensino e de pesquisa / organizador Ileizi Luciana Fiorelli Silva... [et al.]. – Londrina: UEL; SET-PR, 2009.